

EDITORIAL

Avaliação, 17ª edição. “*Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública*”, dizia Anísio Teixeira, que estaria completando cem anos. O principal legado desse educador baiano é a dedicação de toda sua vida à construção de uma escola pública de qualidade. Sua mensagem ainda guarda grande atualidade e sentido de urgência. Nunca é demais lembrar que a educação não pode perder o seu sentido público, pois é um bem social. E não se há de abrir mão de sua qualidade, exatamente porque é um bem social. E esta categoria - do social e público - deve ser a essência da definição do sentido da qualidade. A universidade deve ser sensível às demandas sociais. Entretanto, isso não deve significar adesão à *marketização* da educação baseada na crença de que as novas metáforas do mercado produzirão uma qualidade maior do ensino, da pesquisa e da extensão.

A avaliação não é uma prática asséptica - se repete à sociedade. Ela sempre vive no marco ideológico do sistema educacional e este, por sua vez, se situa num quadro de amplas referências e dimensões. Importante perceber que a avaliação não é mera caudatária do sistema universitário; antes, ela tem papel central na consolidação e nas transformações de todo o sistema de educação superior, e este intervém significativamente nos destinos de toda a sociedade. Alguns dos textos aqui reunidos tratam, de ângulos distintos, dessas relações nem sempre harmoniosas entre avaliação, sistema de educação superior, sociedade e Estado.

Catani e Oliveira deixam muito claro que as mudanças impulsionadas pelo Estado no sistema nacional de educação superior e as transformações que daí se derivam para o cotidiano das instituições conferem à avaliação uma notável centralidade. E como em matéria política não há consensos, todo o sistema de educação superior e de sua avaliação está mergulhado em diferenças conceituais e disputas de práticas. Essas tendências de transformação e confrontos não ocorrem somente no Brasil, antes fazem parte de um quadro mais ou menos mundial, guardadas sempre as diferenças e especificidades. O artigo de Castellano de Sjostrand trata das difíceis relações entre a universidade e o Estado venezuelano, num quadro de transformações, de jogo de forças políticas, de mudanças no âmbito do poder e de demandas externas. Nos últimos anos, essa instituição se submete a fortes pressões de diferentes fontes, que constituem contradições de difícil ou mesmo impossível conciliação. Os desafios são muito fortes e a autora se inquieta pelos sérios riscos que há em relação a um previsível enfraquecimento da função social da universidade. O texto de Alberto Noé certamente é útil para uma me-

lhor compreensão da questão educacional relativamente à sociedade e ao Estado. Entendida essa relação a partir de autores clássicos da sociologia, o autor passa a considerar os fatores sociais que intervêm nos processos educativos. Além dos postulados básicos tratados por alguns dos mais importantes sociólogos, o autor também analisa questões importantes da relação Educação-Sociedade, segundo correntes contemporâneas. Davok e Ristoff apresentam um estudo que buscou verificar em que medida podem ser identificadas tendências de mudanças nos comportamentos de grupos de professores e alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina a partir do processo de auto-avaliação docente e de avaliação do docente pelos discentes. Uma das conclusões do estudo é que mesmo após vários anos ininterruptos de atividade avaliativa, permanecem grandes as dificuldades de uma instituição universitária para manter a motivação da comunidade e para consolidar a cultura da avaliação. Também na questão do rendimento acadêmico são muitos os problemas, como neste caso estudado por Almeida. A autora trata o tema da avaliação do rendimento acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrônômicas (UNESP, Campus de Botucatu), utilizando-se da metodologia qualitativa de tipo etnográfico. Tanto professores quanto estudantes condenam as práticas avaliativas convencionais e, especialmente estes últimos, propõem avaliações contínuas e dinâmicas. Entretanto, as iniciativas inovadoras têm sido poucas e isoladas. Nicola e Cunha também fazem um estudo qualitativo a respeito das percepções de avaliados e avaliadores envolvidos no processo de avaliação docente em estágio probatório em uma universidade pública do Paraná. A conclusão das autoras, dentre outras coisas, é que o processo não foi participativo, pois não houve envolvimento dos docentes. A exemplo de números anteriores, esta edição também traz uma crítica de um livro que trata basicamente do tema da avaliação da educação superior. Desta vez o livro é “*Universidade Desconstruída. Avaliação Institucional e Resistência*”, de vários autores que vêm contribuindo com esta revista, organizado por José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff. A crítica é de autoria de Valdemar Sguissardi. Finalmente, vale a pena conferir o *site* da revista eletrônica *Comciencia* (www.comciencia.br). Esta revista foi criada pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR), da Unicamp, e atualmente está sendo produzida em parceria com a SBPC. A carta ao leitor - *Com Ciência na SBPC* - de Carlos Vogt, dá uma boa idéia dessa importante iniciativa.

José Dias Sobrinho - editor